

MÉTRICAS PARA AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL:

UMA PERSPECTIVA PARA INSTITUIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ORGANIZADORES:



COM O APOIO:

Supported by:



based on a decision of the German Bundestag

EQUIPE



Marco Antonio A. de Araujo Lima
Cristiane Viturino
Fernanda Nogueira
Nathalia Galera



Juan Ketterer
Maria Netto
Luciano Schweizer
Johan Arroyo Lopez



José Alexandre Vasco
Claudio Maes

CONSULTORES DO GT DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E INVESTIMENTOS DE IMPACTO

Felipe Vignoli
Enilce Leite Melo

CONSULTOR LAB:

Flavia Moraes e Silva

MEMBROS DO SUBGRUPO DE MÉTRICAS

Allan Ferreira – BB
Claudio Maes – CVM
Felipe Alves Fontes Siqueira – CVM
Fernanda Nogueira – ABDE
Gabriel Gil Barreto Barros – Sebrae
Giovanni Beviláqua – Sebrae
Márcia Aparecida de Lima Fernandes – BB
Valéria Barros – Sebrae
Gilmar Brancalion – Desenvolve SP

As opiniões expressadas neste documento são uma manifestação técnica do conjunto de entidades do GT de Instrumentos Financeiros e Investimentos de Impacto do LAB e não representa necessariamente a opinião dos órgãos diretivos das entidades que formaram o LAB ou dos seus associados ou membros individualmente.

LAB LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA

O Laboratório de Inovação Financeira (LAB) é um projeto conjunto da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lançado em agosto de 2017, que funciona como um fórum de discussão multissetorial. Seu intuito é promover o debate e o compartilhamento de experiências entre os diversos agentes da economia e para tanto, conta com a participação do setor público e privado e do terceiro setor no desenvolvimento de inovações financeiras que apoiem o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O objetivo do LAB é incentivar a criação de novos produtos e soluções financeiras que aumentem a participação do investimento privado em soluções sustentáveis em mercados tais como energia, água, transporte, agricultura e financeiro (fintechs).

O LAB se propõe a ir além de um espaço de produção de conhecimento, e fomentar efetivamente a estruturação de novos produtos financeiros, se valendo de pesquisas, análises e da senioridade técnica de seus participantes. Para isto, o LAB analisa instrumentos inovadores e boas práticas locais e internacionais que possam ser replicadas pelas instituições financeiras de desenvolvimento, assim como busca estruturar soluções que aumentem a eficiência dos recursos de investidores de impacto.

Para cumprir tal objetivo, o LAB foi organizado em grupos de trabalho focados em quatro temas: Finanças Verdes, Fintechs, Instrumentos Financeiros e Investimentos de Impacto e Títulos Verdes. Cada um dos GTs desenvolveram produtos durante o primeiro ano do LAB e o presente trabalho se origina deste esforço¹.

¹ Agradecemos o esforço de revisão de todos os membros do subgrupo de métricas, da ABDE e de especialistas no assunto: Daniel Izzo (Vox Capital), Celso Lemme (COPPEAD/UFRJ), Sérgio Lazzarini (Insper Metrics), Rafael Camelo (Plano CDE).

GRANDES DESAFIOS E BOAS IDEIAS PARA A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Inovar é preciso. Principalmente, quando a inovação se propõe a trazer soluções a um tema tão relevante quanto à questão socioambiental. Foi com esse intuito que a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) abraçou prontamente a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e assumiu o desafio de implantar no Brasil o Laboratório de Inovação Financeira (LAB).

Em sintonia com a sua missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, a ABDE acredita que o fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento, composto pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), e a sua união com atores públicos e privados, em prol da elaboração conjunta de novos mecanismos financeiros, trazem um ganho significativo para tornar a economia do Brasil mais limpa e gerar o tão desejado e necessário equilíbrio ambiental e social.

Ao longo do seu primeiro ano de atuação, o LAB contribuiu para o fortalecimento institucional de seus membros, considerando a sua especial capacidade de unir e articular diferentes atores nacionais e internacionais e de também gerar vasto conhecimento multissetorial. Foram realizados, ao longo desse período, inúmeros debates, que inspiraram a formulação de documentos que, por sua vez, contribuíram para ampliar conhecimentos e possibilitaram a construção de uma série de mecanismos que estão, gradativamente, se materializando.

Ainda que existam muitos desafios a vencer no que tange à criação e ao aperfeiçoamento de práticas, processos, sistemas, instrumentos e regulação, por intermédio do LAB é possível induzir e formular políticas públicas que permitam potencializar os investimentos e,

consequentemente, promover os avanços necessários que o Brasil tanto necessita e almeja, de forma segura e sustentável.

Iniciativas como a do LAB são um estímulo para que a ABDE e o Sistema Nacional de Fomento permaneçam atentos e firmes na vocação incansável pelo desenvolvimento brasileiro. E nada melhor do que ser parte integrante de uma engrenagem, ativa e oportuna como esta, que aponta os seus objetivos para o norte de ações concretas, inclusivas, participativas e, principalmente, inovadoras.

Muito obrigado aos diversos atores que fizeram do LAB uma realidade.

Marco Aurélio Crocco
Presidente da ABDE

EXPERIMENTANDO PARA CONVERTER POTENCIAIS EM REALIDADE

*"A jornada de mil milhas começa com um passo."
(Lao-Tsé)*

Um laboratório é um lugar de grandes operações ou transformações. Ao refletir sobre nosso desafio de promover o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, parece ser claro que há uma nítida convergência entre o nosso desafio e o que se processa em um laboratório. No entanto, nosso desafio é levar o desenvolvimento de uma escala de laboratório para uma escala que nos permita mudar a situação dos países e melhorar as vidas de seus habitantes.

Se o desafio do desenvolvimento é, por um lado, uma questão de escala, por outro – e cada vez mais – é uma questão de inovação e de liderança em um momento em que as mudanças tecnológicas apontam para uma sociedade que se organizará social, econômica e ambientalmente em novos paradigmas.

A oportunidade para a América Latina e, muito particularmente para o Brasil, é lograr posicionar e sustentar-se como líderes em temas em que a região possui vantagens comparativas e grandes oportunidades, como o são a mitigação e adaptação climática, o impacto social e as finanças digitais.

Entendemos que neste contexto as finanças desempenham um papel transformador ao permitir viabilizar projetos e investimentos que vão transformar a economia e canalizar os recursos em volumes suficientes para dar a escala transformacional necessária. Se consideramos somente os recursos movimentados em 2017 no mundo de títulos verdes foram US\$ 160,8 bilhões, valor que deverá alcançar a marca dos US\$ 200 bilhões em 2018.

Com o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), incorporando em um ambiente colaborativo atores públicos e privados dos mercados financeiro e de capitais e especialistas setoriais, criou-se um processo

estruturado para gerar ideias, trabalhar soluções, e produzir peças de conhecimento que permitem avançar a agenda de inovação e buscar a liderança em atividades concretas. Por cima de tudo, representa um ambiente propício para a inovação interinstitucional e para forjar a competitividade dos atores brasileiros, permitindo antecipar oportunidades, barreiras e soluções que sinalizam para a sociedade mais ampla as alternativas a serem perseguidas.

Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma grande satisfação observar que o primeiro ano do Lab resultou em uma série de produtos e propostas concretas que vem sendo implementadas. Valorizamos muito poder fazer parte desta rede e acompanhar a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta iniciativa que sem sombra de dúvidas delineará visões e soluções que transformarão e caracterizarão o Brasil do futuro.



Juan Antonio Ketterer
Chefe da Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças (CMF)
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSTRUINDO SOLUÇÕES PARA UM AMBIENTE DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS



O desafio de promover o desenvolvimento sustentável requer uma ação coletiva e intersetorial para diagnóstico de entraves e construção de um planejamento adequado. Essa convicção esteve por trás do lançamento do Laboratório de Inovação Financeira, plataforma de diálogo e ação que reuniu, desde o início, um amplo leque de entidades públicas e privadas, de diversos setores, em torno do objetivo de garantir crescimento econômico, com responsabilidade social e ambiental.

O momento da iniciativa não poderia ter sido mais oportuno.

No campo internacional, compromissos políticos assumidos pelo Brasil, como a adesão à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a promulgação do Acordo de Paris, exigem ações concretas que demandam fortes investimentos em infraestrutura. A contribuição brasileira para a proteção do clima global, aliada a outros investimentos climáticos, exigirá cerca de US\$ 1,3 trilhão entre 2016 e 2030, segundo estimativa da International Finance Corporation (IFC), requerendo participação importante de fontes privadas.

Sem minimizar o desafio, é certo que o Brasil oferece tantas oportunidades de investimento que, com as condições de mercado certas, é candidato a ser o destino preferencial de investidores que incorporem fatores de riscos ambientais, sociais e de governança (ASG) em suas análises e processos decisórios. A emissão de títulos verdes, por exemplo, pode oferecer soluções para financiar esforços em larga escala de adaptação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo gerando emprego, renda e reflexos positivos para toda a sociedade.

Mas o pleno aproveitamento dessas oportunidades requer a capacidade de incorporar considerações de sustentabilidade na agenda regulatória. De um lado, novas classes de ativos impõem reexame da adequação do quadro normativo às especificidades dos instrumentos. De outra parte, investidores que incorporaram fatores ASG em suas análises possuem necessidades informacionais específicas que precisam de solução, mesmo que por padrões voluntários, como os propostos pela "Task Force on Climate-related Financial Disclosures" instituída pelo FSB.

Trata-se de uma questão estratégica. Em março de 2018, a Comissão Europeia adotou estratégia em finanças sustentáveis, desenhando plano com diversas ações para estimular o investimento em projetos sustentáveis.

O Laboratório de Inovação Financeira foi, assim, lançado em boa hora, e tem o potencial de ser um relevante diferencial do mercado brasileiro, destacando as necessidades dos atores envolvidos e permitindo a construção conjunta dos consensos que pavimentarão o caminho para um regime que fomente a inovação financeira e contribua para o desenvolvimento sustentável do país, sem descuidar de valores caros para qualquer regulador de mercado de capitais: proteção do investidores, mercados eficientes e equitativos e redução de riscos sistêmicos.

Marcelo Barbosa
Presidente da CVM

ÍNDICE

1.Motivação.....	Pág. 08
2.Objetivo.....	Pág. 08
3.Enquadramento das metodologias de avaliação socioambiental.....	Pág. 09
3.1.Teoria da mudança:.....	Pág. 09
3.2.Dados.....	Pág. 10
3.3.Métodos de avaliação socioambiental.....	Pág. 10
3.3.1.Avaliação gerencial.....	Pág. 10
3.3.2.Avaliação do impacto.....	Pág. 10
4. Análise das potencialidades das metodologias.....	Pág. 12
4.1.Teoria da mudança.....	Pág. 13
4.2.Dados.....	Pág. 14
4.3.Metodologias de avaliação socioambiental.....	Pág. 15
4.3.1.Avaliação gerencial.....	Pág. 15
4.3.2.Avaliação de impacto.....	Pág. 16
5. Sugestão de aplicação por instrumento financeiro.....	Pág. 19
6. Considerações finais.....	Pág. 21
Referências Bibliográficas.....	Pág. 23

1. MOTIVAÇÃO

O Grupo de Trabalho de Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto, tema ligado às finanças sociais, tem por objetivo a proposição de instrumentos financeiros inovadores capazes de ampliar as possibilidades de atuação de instituições financeiras de desenvolvimentos (IFDs) em negócios de impacto social ou ambiental positivo. Os principais instrumentos discutidos em subgrupos específicos são crowdfunding, contrato de impacto social (CIS) e fundos rotativos.

Composição do grupo de trabalho “ Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto”

Grupo de Trabalho	Subgrupo
Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto	Contrato de Impacto Social (CIS)
	Crowdfunding
	Fundos rotativos
	Métricas de avaliação de impacto

Fonte: Elaboração própria

Em todos os instrumentos, o assunto de métricas está sempre presente. Por isso, foi constituído um quarto subgrupo para debater sobre métricas de avaliação de impacto. Este subgrupo tem como objetivo assessorar tecnicamente os demais subgrupos na indicação de métodos e ferramentas mais adequados à natureza de cada instrumento em estudo.

No entanto, no início das nossas atividades, verificou-se a necessidade de um nivelamento conceitual neste assunto entre os membros. Para isso, um esforço foi realizado para apresentar os conceitos básicos em métricas para avaliação do desempenho socioambiental e propor diretrizes simples às instituições de fomento.

2. OBJETIVO

Este documento apresenta parte das conclusões do subgrupo de métricas em seu esforço de nivelamento conceitual e tem como propósito sugerir aos membros dos subgrupos de *crowdfunding*, CIS e fundos rotativos, métodos disponíveis publicamente que atendem às necessidades de cada um destes instrumentos financeiros.

Acreditamos que seu conteúdo poderá ser útil não somente aos demais subgrupos como também a todos aqueles interessados em obter conhecimentos básicos, porém relevantes, neste assunto.

3. ENQUADRAMENTO DAS METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Da multiplicidade de métodos para avaliação do desempenho socioambiental disponíveis publicamente, há diferentes opções de acordo com o objetivo das análises. No entanto, além desses métodos, faz-se necessário definir a mudança desejada e levantar dados confiáveis para que as análises possam produzir resultados consistentes. Diante dessa relação simbiótica, enquadraremos nosso estudo em três perspectivas.

3.1. TEORIA DA MUDANÇA:

É a identificação e justificação da mudança social que se deseja realizar. Por meio dela, são estabelecidas estratégias que nortearão a intervenção social. Deste modo, são definidas possíveis ações capazes de provocar a mudança social almejada. Deve ser conduzida com a participação das partes interessadas (*stakeholders*) que tenham profundo conhecimento do contexto social em questão.

A definição da teoria da mudança ajuda no alinhamento entre os stakeholders sobre ações necessárias e em sua priorização. A teoria da mudança² é uma ferramenta que acompanhará os gestores na definição dos indicadores necessários à avaliação do desempenho socioambiental e no relato periódico das atividades, dando maior transparência ao processo.

3.2. DADOS

São indicadores ou índices capazes de alimentar uma metodologia de avaliação e traduzir em números ou descrição qualitativa a evolução de determinados contextos socioambientais. Os dados disponibilizados pelo Índice de Progresso Social (IPS)³ e o Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS)⁴ são alguns exemplos no Brasil. Estes dados têm a intenção de monitorar o desenvolvimento de macro regiões, seja um país, uma região ou um município em diferentes dimensões. O IPS, por exemplo, foi aplicado à região amazônica⁵ e produziu índices para representar as necessidades humanas básicas, fundamentos do bem estar e oportunidades básicas. Já o IDS é um conjunto de indicadores produzidos pelo IBGE que permite uma leitura das dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais de municípios brasileiros.

No contexto dos empreendimentos de pequeno e médio portes, geralmente é necessário trabalhar com dados específicos, para retratar uma teoria de mudança de modo fidedigno. Diante disso, muitas vezes o avaliador deve obtê-los com outras partes, tais como entes reguladores, ONGs, academia, ou mesmo montar equipes para produzir a informação necessária, o que pode tornar o processo de avaliação mais oneroso.

²Veja mais informações sobre teoria da mudança na página 27 do Guia "Avaliação para Negócios de Impacto Social" da Artemisia e Move Social, publicado em 2017.

³Acesso aos dados do IPS em <http://www.progressosocial.org.br/>.

⁴Acesso aos dados do IDS em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>.

⁵Acesso aos estudos da região amazônica em <http://www.ipsamazonia.org.br/metodologia>

3.3. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

São ferramentas disponíveis para realizar análise dos negócios que vão além da perspectiva econômico e financeira.

3.3.1. Avaliação gerencial

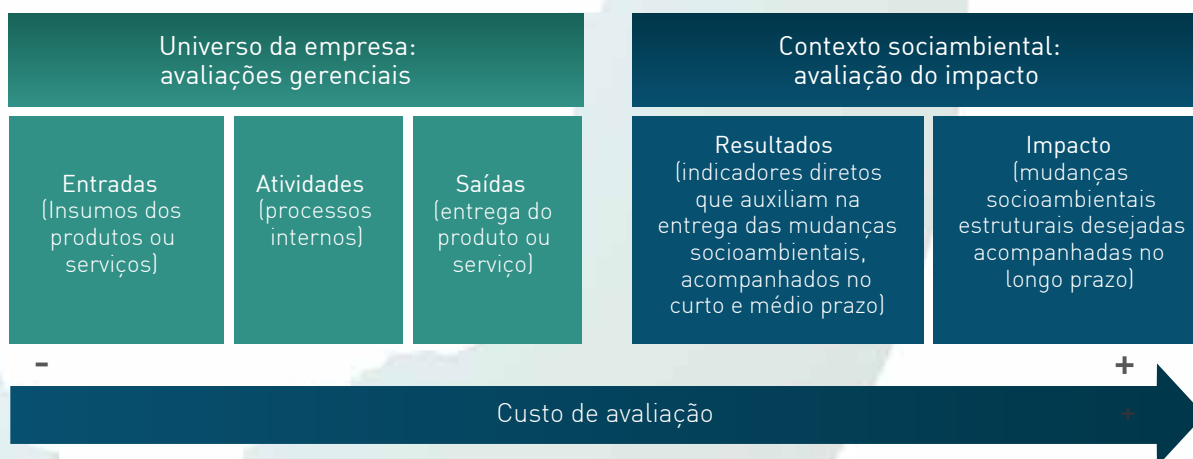
São metodologias que trazem um olhar mais amplo sobre a gestão da empresa, como por exemplo, relacionamento com comunidades, gestão de recursos humanos, gestão ambiental e governança. Apresentam-se sob a forma de informações quantitativas ou qualitativas e são produzidas e controladas pelos gestores do empreendimento ou mesmo investidores, dentro dos limites de atuação da empresa. Na perspectiva da teoria da mudança, são os métodos que monitoram as entradas, atividades e saídas.

O método emblemático é o GIIRS⁶ (*Global Impact Investing Rating System*). Um outro exemplo é o catálogo do Impact Reporting and Investment Standards – (IRIS)⁷, que apesar de não configurar uma metodologia em si, busca sugerir e padronizar indicadores a serem monitorados pelos empreendimentos. Desta forma, espera-se possibilitar a comparação entre os negócios a partir de uma mesma base. No entanto, o catálogo apenas sugere quais indicadores monitorar. Em cada caso, a disponibilização dos dados fica a cargo dos gestores. O Iris é um dos componentes de avaliação do GIIRS.

3.3.2. Avaliação do impacto

São os métodos que tentam ir além da fronteira da empresa e buscam identificar o que o produto ou serviço consegue provocar de mudança segundo o seu propósito social ou ambiental. Estes métodos buscam adicionalidade e possuem diversas abordagens acadêmicas. Uma delas é propagada pelo Insper, tendo como uma das referências o Guia para Avaliação de Impacto. Na perspectiva da teoria da mudança, são os métodos que chegam até os resultados e impacto (alcance das metodologias na perspectiva da teoria de mudanças)

Alcance das metodologias na perspectiva da teoria de mudanças



Fonte: Elaboração própria

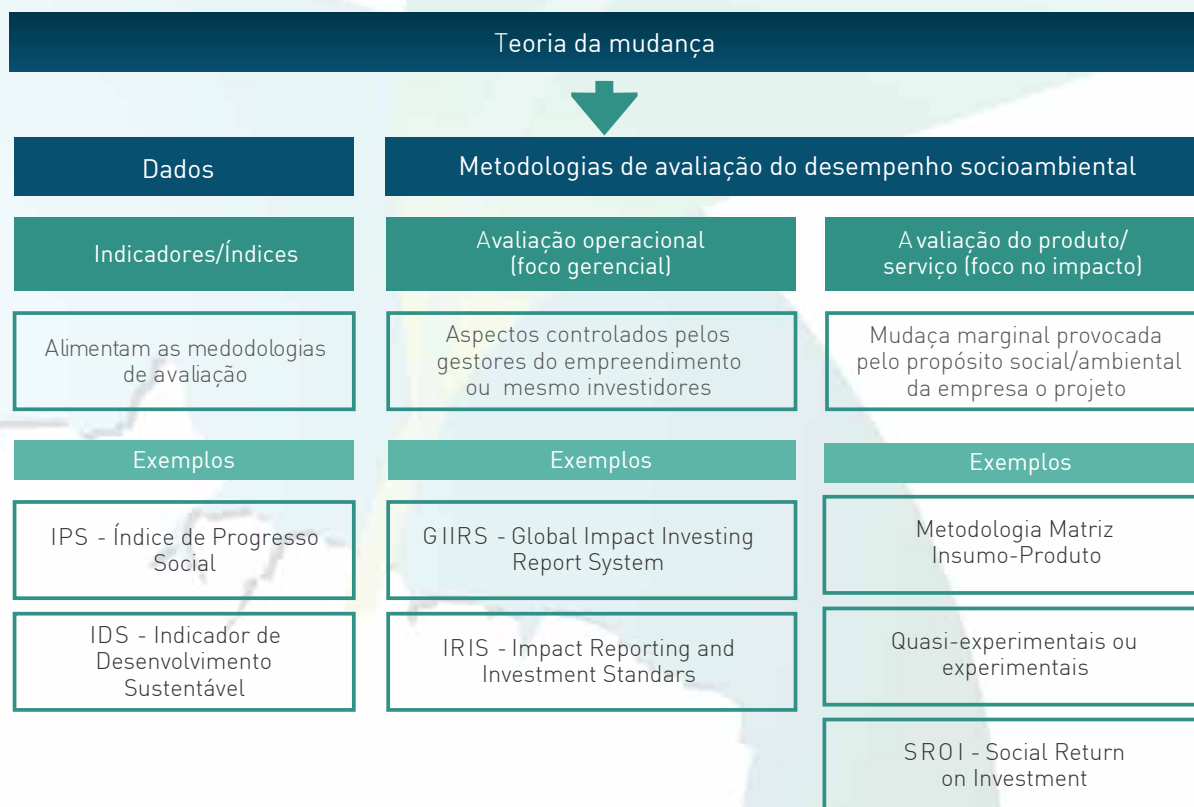
⁶Para maiores informações sobre este método acesse <http://b-analytics.net/giirs-funds>.

⁷Para maiores informações sobre o catálogo IRIS acesse <https://iris.thegiin.org/metrics>.

⁸Para maiores informações sobre o Guia para Avaliação de Impacto acesse <https://www.insper.edu.br/nucleo-medicao-investimentos-de-impacto/guia-de-avaliacao-de-impacto/>.

Desse modo, a teoria da mudança é o eixo que sustenta o desenvolvimento, produção e captura de dados. Os dados por sua vez alimentam os métodos de avaliação do desempenho socioambiental. Todas as três vertentes devem caminhar em conjunto, conforme ilustrado no Framework sugerido para o universo da avaliação de impacto.

Framework sugerido para o universo da avaliação de impacto*



Fonte: Elaboração própria. *A teoria da mudança circunscreve os processos de produção ou captura de dados e implantação do método de avaliação socioambiental

4. ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DAS METODOLOGIAS

Os dados e métodos propostos no Quadro 2 foram analisados, segundo critérios definidos para que fosse possível comparar as potencialidades de aplicação de cada uma deles. As comparações foram realizadas de modo subjetivo, contando com a experiência dos especialistas membros do subgrupo de métricas.

Os dados foram analisados segundo os seguintes critérios:

Critérios de análise para fontes de dados

Critério	Descrição
Complexidade	Avalia a necessidade de recursos (humanos, físicos e financeiros) para captação dos dados, acessibilidade das fontes de informação (facilidade para obtenção) e replicabilidade em diferentes contextos.
Possibilidade de aplicação	Sugere a possibilidade de uso da ferramenta segundo o objetivo de análise, seja a formulação de política pública ou programas de desenvolvimento de uma localidade.
Periodicidade de atualização	Expõe a frequência de atualização dos dados.
Stakeholders envolvidos	Indica atores que são direta ou indiretamente impactados pelo projeto e que poderão contribuir com a identificação, desenvolvimento e monitoramento de dados.
Exemplos no Brasil	Exemplifica por meio de casos ou usos no Brasil.

Fonte: Elaboração própria

Os métodos de avaliação socioambiental foram analisados segundo os seguintes critérios:

Critérios de análise para métodos de avaliação socioambiental

Critério	Descrição
Atribuição causal	Analisa como as atividades propostas afetam determinada população além do que teria acontecido sem as atividades efetuadas*, ou seja, verifica adicionalidade ao fazer análise estatística entre causa e efeito das atividades.
Comparabilidade	Utiliza medidas padronizadas que permitam a comparação de diferentes negócios a partir de uma mesma base.
Custo	Avalia a necessidade de recursos (humanos, físicos e financeiros) para aplicação da metodologia, viabilidade técnica, temporal e financeira dessa aplicação e replicabilidade em diferentes contextos.
Análise ex-ante ou ex-post	Sugere se a metodologia apresenta maiores benefícios para análises realizadas antes da intervenção socioambiental (para avaliar a necessidade de atuação ou para estabelecer linha de base) ou depois dela (para avaliar a mudança realizada pela intervenção ao longo do tempo ou em comparação com outros contextos similares que não receberam intervenção).
Possibilidade de certificação	Indica a existência de avaliadores independentes no Brasil capazes de implementar a metodologia.
Partes interessadas envolvidas	Atores que são direta ou indiretamente relacionado à produção ou utilização dos dados.
Exemplos no Brasil	Exemplifica por meio de casos ou usos no Brasil.

*Para mais informações sobre o conceito de adicionalidade, consulte a página 4 do Guia para Avaliação de Impacto Socioambiental (<https://bit.ly/2KNuCF7>).

Fonte: Elaboração própria.

4.1 TEORIA DA MUDANÇA

A Teoria da Mudança é o ponto de partida para qualquer avaliação do desempenho socioambiental, independente do custo do método e complexidade de aplicação. Ela deverá evidenciar de forma sólida as premissas por trás de uma intervenção social. Auxiliará ainda a comunicação entre as partes interessadas e guiará os gestores na estratégia de médio e longo prazo. Portanto, é prática mais relevante em uma avaliação de desempenho socioambiental, devendo estar presentes em todas etapas de execução ou investimento.

Em sua essência, a teoria da mudança descreve e ilustra como e por que se espera determinada mudança em um contexto particular. A teoria da mudança existe para mapear e explicar o que vai acontecer no meio do caminho, entre o início de um projeto

(ou programa social) e seu final. Deste modo, representa o que uma iniciativa social faz (quais são suas atividades ou intervenções) e como estas ajudarão a alcançar os objetivos desejados (as tais transformações sociais).

A Teoria da Mudança começa quando se elencam as metas de longo prazo desejadas, o trabalho e as condições necessárias por trás delas para se chegar aos resultados almejados e as relações causais entre eles. Esses elementos mapeados darão a base para identificar que tipos de atividades ou intervenções levarão aos resultados identificados como precondições para atingir a meta de longo prazo.

Por meio dessa abordagem, a conexão precisa entre as atividades e o alcance dos objetivos de longo prazo é melhor estabelecida e compreendida, constituindo-se assim como uma importante ferramenta na elaboração de um planejamento estratégico, no qual as atividades estão intimamente relacionadas a uma compreensão detalhada de como realmente se chega à mudança social. Também permite-se uma melhor avaliação, já que é possível medir os progressos em direção aos objetivos de longo prazo. A teoria da mudança traz uma visão que vai além da identificação dos resultados concretos de um projeto (ou programa) social, auxiliando e orientando os esforços para o desenvolvimento de problemas sociais complexos.

4.2. DADOS

Lembrando que nosso estudo está direcionado aos bancos de desenvolvimento regional e agências de fomento, procuramos avaliar a disponibilidade de dados que permitissem a leitura de dimensões socioambientais regionais. Das duas fontes abertas de informações avaliadas, verificamos que há disponibilidade de dados que possibilitam uso das metodologias estudadas. Como cada avaliação de desempenho socioambiental tem um objetivo específico, é necessário que se faça a coleta e organização dos dados de forma isolada.

No caso do IPS, que foi aplicado à região amazônica, são apresentadas informações organizadas que permitem a comparação entre os municípios¹⁰. Essa disposição dos dados facilita a compreensão dos gestores e facilita a utilização dos dados para acompanhar metodologias destinadas ao desenvolvimento regional ou para formulação de políticas públicas. O IPS foi lançado em 2013 e vem recebendo atualização anual desde então.

O IDS é realizado pelo IBGE e os dados estão disponibilizados em formato de tabelas e documentos no SIDRA¹¹. Apresenta tabelas organizadas em diferentes dimensões (ambiental, social, econômica e institucional) que possibilitam que os dados sejam analisados e correlacionados entre si. As informações do IDS recebem atualização desde 2002, mas alguns indicadores possuem registros mesmo antes dessa data indo até 1970, sendo uma excelente fonte de informação para dados brasileiros. No entanto, cada um dos indicadores apresentados possui uma periodicidade de atualização distinta, impossibilitando algumas comparações sobre uma mesma base temporal.

¹⁰Acesse este indicador em <https://bit.ly/2uorHrC>

¹¹Acesse a SIDRA em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>.

Exemplos de dados públicos que podem ser utilizados em avaliações socioambientais*

Indicadores/Índices		
	IPS - Índice de Processo Social	IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
Replicabilidade e obtenção	Método aberto e replicável; dispersão de fontes para obtenção dos indicadores	Replicável pelo IBGE, obtido no site da instituição
Possibilidade de aplicação	Política pública, desenvolvimento social de regiões	Política pública, desenvolvimento social de regiões
Periodicidade de atualização	Anualmente desde 2013	2002 a 2026 (periodicidade indefinida)
Stakeholders envolvidos	Governo estadual e municipal, ONGs e empresas	IBGE, Governo, ONGs
Exemplos no Brasil	Amazônia, Rio de Janeiro	Mato Grosso do Sul (28 dos 63 indicadores)

Fonte: Elaboração própria. * Esses dados possuem maior aplicação no desenvolvimento de macroregiões

4.3 METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

4.3.1. Avaliação gerencial

Em todo o mundo, cada negócio socioambiental, por apresentar uma atividade diferente e por atender necessidades específicas, também possui uma teoria de mudança particular.

Essa complexidade, inerente ao contexto dos negócios de impacto, traz um desafio adicional à tentativa de padronização das ferramentas de avaliação do desempenho socioambiental. Diante disso, aproximadamente 75% dos investidores desenvolvem suas próprias metodologias, 65% se restringem a análises qualitativas e 57% recorrem ao IRIS para complementar suas análises¹².

O GIIRs é uma ferramenta para avaliação sistematizada dos aspectos socioambientais de gestão das empresas. Por isso, permite a comparação entre os negócios, o que é um grande diferencial na gestão de carteiras de investimento. É uma metodologia aberta que pode ser aplicada pelos próprios gestores, no entanto, a avaliação independente por certificadores apresenta custo para cada empreendimento.

Tanto o GIIRs quanto o IRIS já apresentam os dados organizados setorialmente - o que facilita seu uso. É importante lembrar que o processo de obtenção e tratamento dos dados ou informações deverá contar com a contribuição de diversos stakeholders.

¹²Para mais informações sobre o uso de métricas por investidores de impacto, veja a página 16 do relatório de 2017 da JP Morgan (<https://bit.ly/2qgN7HI>)

Do ponto de vista dos bancos de desenvolvimento regional e agências de fomento, no atual estágio de maturidade do uso de métricas, faz sentido aproximar-se daquelas ferramentas ou metodologias que sejam simples de utilizar, apresentem baixo custo de implementação e possuam amplo histórico de uso no Brasil. A transparência gerada nesse processo poderá diferenciar a atuação socioambiental das empresas, privilegiar a alocação de recursos e ampliar a capacidade de diálogo com empresas, governo e investidores.

Os métodos de avaliação operacional estão resumidos no quadro abaixo.

Métodos de avaliação

Métodos de avaliação socioambiental		
Avaliação operacional (foco gerencial)		
	IRIS - Impact Reporting and Investment Standarts	GIIRS - Global Impact Investing Report System
Atribuição causal	Não	Não
Comparabilidade	Não	Sim
Custo	Baixo	Médio (faz uso do IRIS)
Análise ex-ante/ex-post	Ambos	Ambos
Possui certificadores?	Não	Sim
Stakeholders envolvidos	Empresas, investidores, ONGs	Empresas, investidores, ONGs
Exemplos no Brasil	Aplicações pela Vox Capital, Sitawi, LGT Venture Philantropy	Sistema B - Brasil

Fonte: Elaboração própria.

4.3.2 Avaliação de impacto

A avaliação do impacto de programas tem precisamente a missão de isolar a contribuição de cada iniciativa socioambiental, seja ela vinda de um negócio, projeto, programa ou política. Um negócio de impacto pode, portanto, ter uma péssima avaliação de impacto em um ambiente de grande sucesso social, enquanto outro pode ter uma ótima avaliação de impacto em um ambiente de fracasso social. Na avaliação de impacto, o que importa é a contribuição de cada parte para a mudança desejada e não a evolução do todo.

4.3.2.1 Matriz de Insumo Produto

A Matriz de Insumo Produto (MIP) é um método utilizado por bancos de desenvolvimento, agências de fomento e instituições de pesquisa para visualizar de forma matricial a estrutura produtiva de uma região e avaliar o impacto nas variações de demanda de produtos mediante diversos fluxos de produção de bens¹³. De forma mais ampla, é possível descrever as interdependências entre diversos agentes econômicos e os fluxos de renda

¹³Veja estudo desenvolvido pelo BDMG no qual utilizou matriz de insumo produto para estimar o retorno os seus desembolsos para a economia de Minas Gerais (<https://bit.ly/2ztpCQN>).

¹⁴Para mais informações sobre matriz de contabilidade social e financeira (<https://bit.ly/2uoxbCv>), veja artigo de autoria de Burkowski e Perobelli (2016) no qual são desenvolvidas matrizes brasileiras para os anos de 2005 e 2009.

e demanda entre eles com o uso da matriz de contabilidade social e financeira (MCSF)¹⁴. A aplicação desses métodos traz uma visão ampla de uma determinada região e permite aferir resultados na matriz produtiva e renda concomitantes com políticas ou iniciativas de instituições de fomento. No entanto, não são capazes de isolar os fatores e estabelecer relações de causa e efeito. Para isso, é necessário analisar cada fator e aplicar métodos experimentais ou quase-experimentais.

4.3.2.2 Métodos experimentais e quase-experimentais

Nos métodos experimentais, a escolha de grupos de controle se dá por meio de uma aleatorização (Random Control Trial – RCT), isto é, os participantes da intervenção são escolhidos por meio de um sorteio e aqueles que “perdem” no sorteio formam o grupo de controle. Essa metodologia é considerada o padrão em avaliações de impacto social, pois é a única que garante que ambos os grupos serão estatisticamente semelhantes em média.

Apesar de muito confiável, o método experimental, por vezes, esbarra em questões éticas e legais, já que o método implica em deixar intencionalmente um grupo de indivíduos de fora de uma intervenção social. Por isso, em geral, este tipo de metodologia é mais indicada para medir impactos de intervenções em fase piloto ou ainda de intervenções de alcance limitado.

Os métodos quase-experimentais¹⁵ são adotados quando a aleatorização não é possível. Nestes casos, não havendo a escolha aleatória, é preciso pressupor que houve uma seleção (ativa ou passiva) dos indivíduos para o grupo de tratamento. Isso torna o grupo de tratamento potencialmente diferente de qualquer outro grupo de pessoas fora da intervenção, ou seja, torna-se mais difícil identificar qual resultado ocorreria mesmo que nenhuma ação tivesse sido tomada.

Estes métodos, apesar de serem, em geral, os mais viáveis para avaliações de impacto social, são muito exigentes em termos da complexidade da teoria estatística envolvida e do volume de dados necessários para sua aplicação. Por isso, o custo de sua aplicação costuma ser elevado. Além disso, esses métodos muitas vezes requerem assumir hipóteses de identificação que comprometem a validade externa dos resultados.

4.3.2.3 SROI

O Retorno sobre o Investimento em Sustentabilidade (SROI)¹⁶ sugere a inclusão de *stakeholders* na tradução de indicadores em *proxies* capazes de monetizar aspectos sociais ou ambientais. O processo de monetização encontra maior tradição em áreas da economia ambiental e na economia da saúde. Exemplos de *proxies* na área ambiental são os custos de emissão de carbono, precificação dos serviços ecossistêmico e valoração do capital natural¹⁷. Na economia da saúde, por exemplo, custos relacionados ao serviço médico e gastos com tratamentos costumam formar uma linha de base para aferir possíveis impactos positivos na saúde das pessoas. Cada *proxy* deve ser escolhida com

¹⁴Veja no Capítulo 3 (Metodologias de Avaliação de Impacto) do estudo Avaliação de Impacto Social, metodologias e reflexões (2018) publicado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) maiores detalhes de alguns dos métodos quase experimentais. Este estudo apresenta uma ampla visão sobre as metodologias de impacto, ou seja, que consideram a atribuição causal. (<http://https://bit.ly/2uu6xNa>).

¹⁶O Guia Para o Retorno Social do Investimento, publicado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e pela Charities Aid Foundation (CAF) em 2012, traz um passo a passo e um exemplo prático que auxiliam a aplicação do método (<https://bit.ly/2jc77XT>).

¹⁷Para maiores detalhes sobre métodos de valoração da economia ambiental, consulte o livro de Seroa da Motta, “Economia Ambiental” (2006).

bastante critério pelos *stakeholders* de forma a representar da melhor forma possível a conversão do valor socioambiental da intervenção em questões monetárias.

Há maior aproveitamento deste método em análises que precedem uma intervenção social. A análise de sensibilidade das *proxies* a possíveis impactos sobre os retornos pode inspirar os gestores a traçarem novas estratégias. Além disso, a monetização dos impactos socioambientais pode ampliar as possibilidades de diálogo com investidores. Devido a sua própria natureza, é possível utilizar a taxa de retorno (SROI) para selecionar projetos em uma mesma análise. No entanto, devido às especificidades de cada intervenção, não é possível realizar um ranking comparativo entre empresas. No Brasil, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)¹⁸ é um precursor deste método.

O método é complexo pois apresenta o desafio de definição de *proxies* consistentes. Por isso, o SROI pode apresentar um alto custo para ser aplicado dependendo da necessidade de precisão dos valores monetários.

Os métodos de avaliação de impacto estão resumidos no quadro abaixo.

Resumo da avaliação dos métodos de avaliação de impacto

Métodos de avaliação socioambiental			
Avaliação do impacto			
	Matriz Insumo Produto	Experimental ou Quase-experimental	SROI
Atribuição Causal	Não	Sim	Não
Comparabilidade	Não	Não	Não/ Sim para comp. projetos
Custo	Médio	Alta	Médio
Análise ex-ante/ex-post	Ambos	Ambos	Ambos
Possui certificadores?	N/A	N/A	Sim
Stakeholders envolvidos	Acad; Gov; Bancos	Acad; Gov; Emp; ONG	Emp; Gov; Ong (dep. projeto)
Exemplos no Brasil	BDMG; BNDES; IPEA	Insper Metricis, Clear (FGV-SP), J-PAL	IDIS

Fonte: Elaboração própria.

Os métodos de avaliação do impacto são indicados às instituições de fomento em maior estágio de maturidade com métricas ou que possuam disponibilidade de recursos para sua implementação. Além disso, podem também ser boas opções quando existe no projeto a possibilidade de remuneração por performance ou quando recursos públicos estão envolvidos, o que poderia exigir maior rigor nas análises.

¹⁸Consulte a página eletrônica do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) para obter maiores informações sobre casos de aplicação do método.

5. SUGESTÃO DE APLICAÇÃO POR INSTRUMENTO FINANCEIRO

Como visto até aqui, medir o impacto de políticas e programas não é uma tarefa trivial e exige a execução de uma série de etapas, desde a clara definição do alcance das ações até a escolha do método mais adequado. Adicionalmente, faz-se necessário articulação com os stakeholders em todas as etapas, além do reporte para dar transparência ao processo¹⁹.

Os diferentes instrumentos financeiros estudados pelos subgrupos do Grupo de Trabalho de Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto podem apresentar diferentes níveis de necessidade de métricas de impacto, o que leva a sugerir diferentes métodos para cada situação.

O subgrupo de métricas sugeriu a aplicação da teoria da mudança para todos os instrumentos financeiros em estudo, em razão da importância desta etapa para maior coesão entre os *stakeholders* e auxílio na determinação da estratégia do projeto ou empresa. Além disso, há espaço para sua utilização em uma ampla gama de instrumentos financeiros disponíveis.

O *crowdfunding* é um instrumento de finanças alternativas que possibilita o uso de plataformas eletrônicas para investimento ou financiamento colaborativo em empresas. Amparado pela Instrução Normativa 588, da CVM, possibilita a emissão de valores mobiliários sem necessidade de registro da oferta ou do emissor na CVM. No entanto, traz limitações tais como o valor total de captação. Para esse tipo de instrumento, o subgrupo de métricas sugere métodos menos profundos e complexos como o GIIRS.

Deste modo, espera-se não onerar o empreendedor com altos custos de avaliação e, ao mesmo tempo, permitir que investidores realizem comparação entre projetos e tomem decisão sobre a alocação de seus recursos de forma mais simples.

O Contrato de Impacto Social (CIS) é, como o nome diz, um contrato firmado entre diversas partes para intervir em uma necessidade social específica. Os recursos são disponibilizados por investidores, que serão remunerados pelo governo apenas se a intervenção obtiver êxito. Com isso, espera-se desonerar gastos públicos e aumentar a eficiência do uso de recursos contando com a supervisão dos investidores e avaliadores independentes. Devido à natureza deste tipo de instrumento, faz-se necessário o uso do métodos de avaliação mais robustos, uma vez que recursos públicos estão em jogo.

Além disso, há maior previsibilidade de obtenção de verba destinada a avaliações mais complexas tal como os métodos experimentais ou quase-experimentais. Sugere-se além disso, a verificação de *proxies* adequadas à monetização dos impactos para facilitar o diálogo com os investidores e demonstrar o potencial de retorno por meio do uso do SROI.

¹⁹O relacionamento com stakeholders é um processo delicado e que pode ser bastante custoso. O desafio possui base teórica dedicada. Uma das referências neste tema é a metodologia de Stakeholder Engagement Standard (AA1000), publicada em 2015 pela AccountAbility.

De modo similar ao CIS, o subgrupo de métricas sugeriu para o produto Fundos Rotativos o uso de métodos robustos tal como os métodos experimentais, quase-experimentais ou SROI, partindo da premissa da possibilidade de alocação de recursos adicionais para avaliação do desempenho socioambiental. Tanto investidores quanto o governo estariam em melhor posição para justificar a alocação e manutenção de seus recursos caso pudessem contar com informações consistentes sobre o impacto dos projetos ou empresas. Ainda que o aporte no fundo seja de natureza não reembolsável, faz-se necessário que o portfólio de projetos ou empresas seja lucrativo a fim de garantir a perpetuidade do fundo e dos impactos propostos.

As sugestões de métodos de avaliação socioambiental para cada um dos instrumentos financeiros estudados estão resumidas no quadro abaixo.

Sugestão de métodos de avaliação socioambiental de acordo com o instrumento financeiro em estudo no Grupo de Trabalho de Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto

Instrumento Financeiro	Métodos sugeridos para avaliação socioambiental	Justificativas
Crowdfunding	GIIRS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de comparação entre empresas para decisão de investimento; 2. Facilidade de entendimento pelos investidores; 3. Clareza no propósito social/ambiental.
CIS (Contrato de Impacto Social)	Experimentais ou Quasi-Experimentais SROI	<ol style="list-style-type: none"> 1. Remuneração por performance exige maior rigor na análise; 2. Disponibilidade de recursos para desenvolvimento, monitoramento e verificação de indicadores; 3. Projetos com características de horizonte temporal de longo prazo.
Fundos rotativos	Experimentais ou Quasi-Experimentais SRO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de rigor na análise da eficiência do gasto público ou privado; 2. Manutenção da rentabilidade e impacto do portfólio; 3. Metodologia irá depender do perfil de fundo proposto.

Fonte: Elaboração própria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 12 meses de trabalho, o subgrupo Métricas de Avaliação de Impacto, do Grupo de Trabalho Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto, compartilhou aprendizados, em um processo de ampliação e nivelamento de conhecimentos.

A compreensão do conceito de investimento de impacto, como aquele que além de retornos financeiros visa promover uma transformação de natureza econômico-social específica, em nome da qual o investidor está disposto a abrir mão de alternativas de investimentos mais rentáveis e de menor risco, por si, trouxe para o subgrupo a consciência da necessidade da mensuração do impacto dessa modalidade de investimento.

Contudo, facilmente pode-se entender que, se o investimento de impacto social é relativamente novo no Brasil, ainda mais é o esforço de avaliação do impacto desses investimentos, que, além de não ser tarefa fácil, apresenta enormes desafios, em especial à medida que se trafega no sentido do maior rigor na mensuração do impacto e pelo fato de que a mensuração requerida aqui não é a do produto gerado pelo negócio, mas das transformações estruturais promovidas por este produto.

Os critérios de escolha entre os métodos estudados são afetados por dilemas envolvendo o custo e a disponibilidade de recursos para alocação na mensuração do impacto, conflitos éticos relativos à exclusão de beneficiários da intervenção para serem grupos de controle, a eventual inexistência de base histórica de dados, grau de complexidade da metodologia, entre outras que não necessariamente dependem do avaliador.

Neste contexto, o subgrupo se propôs a identificar os métodos potencialmente mais adequados para cada instrumento financeiro, a saber: *crowdfunding*, CIS e fundos rotativos. Apesar de ter efetuado o exercício, concluiu-se que não existe um método universal que possa ser aplicável a todos instrumentos, nem mesmo a possibilidade de monetização dos impactos em todos os casos. Observou-se que a escolha do método deve ser efetuada a cada caso, conforme a intervenção/negócio e as necessidades dos *stakeholders* envolvidos.

Finalmente, compreendeu-se que é preciso encarar o desafio da avaliação o quanto antes, para que se possa construir uma curva de aprendizado. Para isto, o primeiro passo é conceituar a teoria da mudança, abrindo espaço para o entendimento entre os *stakeholders*, uma mensuração adequada, gerenciamento e transparência do processo.

Apesar do ímpeto inicial, ao se lançar neste universo, o de trabalhar com métricas padronizadas, abrangentes, completas e complexas, a prática muitas vezes mostra que se deve buscar o caminho possível, mais simples e de menor custo.

Para facilitar o início da jornada neste desafio, propõe-se as seguintes diretrizes às instituições de desenvolvimento²⁰:

1.Simplicidade: Escolha poucas métricas, que devem ser simples e úteis. Com o tempo, você poderá melhorá-los.

2.Agilidade: Proponha indicadores mesmo que as empresas não tenham as informações a priori, porque esta prática funcionará como um indutor da produção de dados.

3.Maturidade: Atente para o nível de maturidade da organização. Procure não implementar ferramentas complexas em contextos que ainda estão amadurecendo em sua capacidade gerencial ou de mensuração socioambiental.

4.Comparabilidade: Padronize o formato de divulgação permitindo comparabilidade entre projetos e eliminando assimetria da informação.

5.Autenticidade: eleja as métricas que lhe direcionem ao impacto desejado, não aquelas mais fáceis de se obter.

6.Disciplina: Mantenha encontros periódicos de usuários, para incorporar gradualmente novos indicadores.

7.Escalabilidade: Priorize a comparação de um mesmo fenômeno em lugares diferentes, ao invés da busca incessante da descrição completa em um mesmo local.

8.Viabilidade: Comece optando por métodos mais baratos e mais rápidos. Processos complexos de ação tendem a produzir paralisia. Relacione recursos com resultados obtidos.

9.Governança: Mantenha a métrica fora do escopo de ação do gestor, evitando o risco de se trabalhar para a métrica e não para o propósito do impacto.

²⁰As diretrizes finais são contribuições do Prof. Celso Lemme (COPPEAD/UFRJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCOUNTABILITY. AA1000 Stakeholder Engagement Standard. 2016. https://www.accountability.org/wp-content/uploads/2016/10/AA1000SES_2015.pdf (acessado em 20/06/2018).

ARTEMISIA E MOVE SOCIAL. Avaliação para Negócios de Impacto Social; 2018. <https://bit.ly/2oP3fg4> (acessado em 20/04/2018).

BROWN, A.M. What is this thing called 'Theory of Change'? 2016. <https://bit.ly/2umLVlB> (acessado em 27/06/2018).

CENTER FOR THEORY OF CHANGE. ToC Examples – <http://www.theoryofchange.org/library/toc-examples/> (acessado em 27/06/2018).

EARTH SHIFT GLOBAL. Sustainable-Return On Investment (S-ROI) Consulting - <https://bit.ly/2n9BU6T> (acessado em 27/06/2018).

IDIS, CAF; "Avaliação de Impacto Social metodologias e reflexões"; 2018. http://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Artigo_Avaliacao_Impacto_Social_06.pdf (acessado em 12/07/2018)

INSPER; Guia para Avaliação de Impacto Socioambiental para Utilização em Investimento de Impacto: guia geral com foco em verificação de adicionalidade; 2017. <https://bit.ly/2L6XdBj> (acessado em 26/04/2019).

KISIL, M.; FABIANI, P.M.J. Retorno Social do Investimento (SROI): Metodologia que traduz o impacto social para o investidor. Pensamento e Realidade, v3. 2016.

NARRILLOS, H. Medição do impacto social com o método SROI; Revista Unos, Uno 14 – Novembro 2013.

NESTA FOUNDATION; Guidance for Developing a Theory of Change for Your Programme. https://content.changeroo.com/wp-content/uploads/Academy/2017/07/theory_of_change_guidance_for_applicants_.pdf (acessado em 27/06/2018).

TOOLS4DEV. Theory of Change vs Logical Framework – what's the difference? <https://goo.gl/6vRH8h> (acessado em 10/04/2018).

VOGEL, I. Review of the use of 'Theory of Change' in international development; UK Department of International Development, 2012. <https://goo.gl/9iheFg> (acessado em 09/04/2018).

LAB LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA

info@labinovacaofinanceira.com | lab@abde.org.br
www.labinovacaofinanceira.com | (21) 2109-6009